



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ALÉM PARAÍBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E GERENCIAIS ALVES FORTES

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

ALÉM PARAÍBA

2010

SUMÁRIO

MEMBRO(S) DA CPA CADASTRADO(S).....	3
CURSOS DE GRADUAÇÃO Campus Zamboni	3
APRESENTAÇÃO	4
1- INTRODUÇÃO	5
2 – OBJETIVOS:	6
OBJETIVO GERAL:	6
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	6
3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	7
4. O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	8
4.1 AÇÕES PRELIMINARES.....	8
5. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	9
6- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO.....	10
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO.....	10
COMUNICAÇÃO INTERNA/EXTERNA	10
CORPO DOCENTE	10
CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	11
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	11
PROJETO PEDAGÓGICO:	12
PROGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS DE PÓS-.....	12
GRADUAÇÃO E EXTENSÕES	12
APOIO PEDAGÓGICO/POLÍTICA DE ATENDIMENTO	12
ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	12
ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	12
CONTRIBUIÇÃO DOS CURSOS AO CORPO DOCENTE:.....	13
7 - FRAGILIDADE E PONTOS QUE REQUEREM MELHORIA.....	14

MEMBRO(S) DA CPA CADASTRADO(S)

Fabício Amarante Rosa

Telefone: (32) 3462 2149

Cargo: Técnico Administrativo

Sebastião Almeida Machado

Telefone: (32) 3462-2149

Representante corpo docente

João de Deus Ribeiro

Telefone: (32) 3462-2605

Presidente da Câmara Municipal de Além Paraíba

João Augusto Ferreira da Silva Júnior

Discente (Representante do corpo discente)

RELATÓRIO DA CPA

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

PERÍODO DE MANDATO DA CPA: Dois anos a partir de 04 de julho de 2011 **ATA**

DE DESIGNAÇÃO DA CPA: Portaria n. 001/2011, de 03 de julho de 2011.

CURSOS DE GRADUAÇÃO *Campus Zamboni*

Administração

Direito

Engenharia Civil com Ênfase em Meio Ambiente

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes, mantida pela Fundação Educacional de Além Paraíba, sediada na BR 116, KM 820, São Luiz, nesta cidade, instituída por Resolução nº 01 de 18 de março de 2009, por seus membros, encerra o segundo ciclo avaliativo, correspondente ao ano de 2011.

A CPA foi instalada em cumprimento a Lei 10861 de 10 de abril de 2004 visando promover a auto avaliação institucional com a participação democrática de todos os segmentos estabelecidos na norma vigente.

Trata-se a auto avaliação de novo desafio da educação de ensino superior, vez que os resultados obtidos subsidiarão o processo de aperfeiçoamento da instituição de ensino superior, a orientação da expansão da sua oferta, a eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, especialmente, o aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Neste diapasão, consolidou-se os resultados obtidos através de processo críticoreflexivo que serão integrados aos processos decisórios nos diversos âmbitos da gestão da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes.

A Comissão Própria de Avaliação.

1- INTRODUÇÃO

Trata-se do relatório obtido a partir dos resultados do auto avaliação institucional da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes, realizada em 2011, em cumprimento à Lei 10.861 de 10 de abril de 2004, oportunizando a aprendizagem organizacional orientada pelos princípios, diretrizes e parâmetros de avaliação legal.

Com os resultados obtidos das avaliações anteriores foi possível verificar se houve aperfeiçoamento das ações que norteiam o cumprimento da missão institucional da FACE ALFOR.

A comissão elaborou questionário voltado ao corpo discente com o objetivo de evidenciar as falhas institucionais, e acompanhar a evolução das ações institucionais.

O documento em anexo compõe-se pelas etapas da avaliação e, ao final o relatório consolidado a partir dos resultados obtidos com a participação de todos que acreditam na instituição, com o escopo de contribuir para o aperfeiçoamento das ações que norteiam o cumprimento da missão institucional da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes.

2 – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Atender a norma vigente que institui o SINAES, construindo institucionalmente a cultura da avaliação e o autoconhecimento, através do levantamento de dados, cenários e perspectivas que permitam o aperfeiçoamento das condições de ensino, dos processos administrativos e burocráticos e, ainda, de convivência institucional e de relacionamento com a comunidade em geral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Realizar auto avaliação institucional visando;

– Construir e estimular a adoção de uma postura de autocrítica da comunidade acadêmica.

– Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no âmbito do ensino entre Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Projeto Pedagógico dos Cursos.

– Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico dos Cursos e as relações e compromissos assumidos.

– Estudar, e espelhar as práticas administrativas, seus processos e sua ação sobre o planejamento institucional.

– Responder as demandas relativas às dependências físicas da Instituição.

– Produzir conhecimentos e resultados que permitam apoiar a melhoria qualitativa e quantitativa do conjunto institucional.

3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo informações colhidas na Secretaria da FACE ALFOR, neste primeiro semestre, estão em pleno funcionamento três cursos de graduação: Administração, Engenharia Civil com ênfase em Meio Ambiente e Direito, com 714 (setecentos e quatorze) estudantes, 48 (quarenta e oito) professores e 5 (cinco) servidores técnico-administrativos e 03 (Três) serviços gerais.

Assim, como a avaliação anterior, considerou-se essa população, propondo uma metodologia que permitisse a participação dos diferentes segmentos da comunidade universitária e a transparência no desenvolvimento das atividades e na coleta, tratamento, análise dos dados e utilização dos resultados. Sendo analisadas as 10 (dez) dimensões orientadoras inseridas na Lei 10.861/2004:

A missão e o plano de desenvolvimento institucional

A Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão

A responsabilidade social da instituição

A comunicação com a sociedade

As políticas de pessoal

Organização e gestão da instituição

Infraestrutura física

Planejamento e avaliação

Políticas de atendimento aos estudantes e egressos

Sustentabilidade financeira

As informações e análise desenvolvidas têm contribuído para a construção do perfil institucional. Nem todas as dimensões foram analisadas com profundidade, mesmo porque trata-se do segundo ciclo avaliativo e, para atingir o desiderato, o projeto respeita a gradualidade .

4. O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes, o processo de auto avaliação institucional envolveu a realização de um conjunto de ações, com a participação dos diferentes sujeitos/segmentos que integram a comunidade universitária. Nas ações desenvolvidas, a CPA atuou como mobilizadora, catalisadora, executora e, sobretudo, como construtora deste documento final.

4.1 AÇÕES PRELIMINARES

Constituída a Comissão Própria de Avaliação, nos termos da Lei 10.816/2004, com um representante do corpo docente; um do corpo discente; um do corpo técnicoadministrativo e um representante da sociedade civil.

Foram realizadas reuniões em que o projeto de auto avaliação institucional foi ratificado e implementada ações para o terceiro ciclo avaliativo.

4.1.1 – Instrumentos para a auto avaliação

De acordo com as dez dimensões do SINAES e deliberação da CPA, foi elaborado um questionário para a avaliação institucional dirigido aos discentes, visando catalisar críticas e sugestões por parte de toda a comunidade acadêmica, a fim de conhecer as fragilidades existentes.

4.1.2 – Aplicação da avaliação institucional

Para a realização desta etapa, foi disponibilizado o questionário.

4.1.3 - Elaboração do Relatório Final

O relatório final elaborado teve por base toda a produção coletada pela CPA.

4.1.4 - Reuniões de Trabalho da CPA

A partir de julho de 2011 a CPA se reuniu para: (1) discutir a questão da avaliação da educação superior; (2) elaborar o projeto de auto avaliação institucional, os planos de trabalho, os relatórios; (3) planejar ações; (4) decidir sobre estratégias de ações; (5) avaliar ações e redefinir diretrizes e executar todas as atividades que lhe foram atribuídas pela própria legislação.

5. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Avaliaram-se a eficácia do planejamento da IES e os procedimentos utilizados na avaliação, especialmente em relação aos resultados e à eficácia do auto avaliação institucional.

6- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

A instituição mantém laboratório de informática com 24(vinte e quatro) micros ligados à internet banda larga. Possui rede *wireless*.

Dos alunos pesquisados, a maioria respondeu que as instalações físicas, como sala de aula, laboratório e, o espaço pedagógico, atendem suficientemente os objetivos. Inclusive a biblioteca mudou para um espaço mais amplo. Não há vedação ou limitação quanto a utilização tanto do laboratório de informática, quanto a biblioteca o número de exemplares disponíveis atende plenamente a necessidade do alunado.

Os laboratórios de física e eletricidade, Topografia e Geologia destinado ao curso de engenharia, estão em pleno funcionamento, cumprindo fielmente com o descrito no PDI.

Quanto aos recursos audiovisuais e os meios de tecnologia com base na informática, o corpo discente entende ser amplo e adequado. A Instituição possui TV, data show e retroprojektor para subsidiar as atividades acadêmicas.

COMUNICAÇÃO INTERNA/EXTERNA

Com a reestruturação da *home page* a comunicação interna e externa tornou-se mais eficiente, sendo certo que os acadêmicos também são informados das orientações internas por intermédio dos avisos publicados no mural.

CORPO DOCENTE

Foi expedido regulamento para nortear a contratação de professores. Houve expansão conforme previsão no PDI, com contratação de novos profissionais, sendo certo que os mesmos têm qualificação para o exercício da função e, ainda, experiência profissional na área em que atuam, o que resta evidente pela pesquisa efetuada com o corpo discente: - dos alunos pesquisados a maioria respondeu que os professores discutem o plano de ensino com o estudante; que ministram aulas expositivas interativas e práticas; que os procedimentos de ensino adotados pela maioria dos professores são adequados aos objetivos do curso e, que os instrumentos de avaliação adotados predominante são provas escritas discursivas. Há

disponibilidade da maioria dos professores do curso, na instituição, para orientação extraclasse.

Analisando o tempo integral dos cursos, o quantitativo de alunos por docente, concluiu-se que a relação vaga/docente é de 15/1. Há de se destacar que o número de alunos por turma em disciplina teórica é no máximo 60/1 (média).

As condições de trabalho do corpo docente seguem as diretrizes básicas delineadas pelo Sindicato da região.

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Embora tenha havido uma expansão no número de alunos, não houve aumento do corpo técnicoadministrativo. Todavia, como consta no PDI, não havia previsão para expansão, em razão do processo de informatização dos serviços da Secretaria, concluída em janeiro/2011.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A FACE ALFOR com a oferta dos três cursos de graduação tem contribuído para o desenvolvimento social da região, promovendo a inclusão da classe menos favorecida economicamente ao ensino superior.

As mensalidades escolares são acessíveis, com programa de descontos e convênios com os municípios, o que reduz ainda mais os custos mensais.

O Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito desenvolve atividades práticas voltadas para o atendimento da população menos favorecida economicamente nas suas diversas demandas jurídicas. Está bem estruturado, funcionando em local de fácil acessibilidade, com dois professores orientadores, uma secretária (integrante do corpo técnico-administrativo da FACE ALFOR) e com os alunos matriculados nos sétimos e nono períodos.

Como ação afirmativa o Núcleo de Prática Jurídica tem participado de encontros itinerantes, se deslocando às comunidades hipossuficientes, mais distantes do Poder Público, com o objetivo de não só levar informações da área jurídica, mas especialmente contribuir para o combate da violência doméstica, com palestras e atividades afins.

PROJETO PEDAGÓGICO:

Os projetos pedagógicos de todos os cursos sofreram alteração não só para alinhar a carga horária nos termos das Resoluções ns. 02 e 03/2007 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mas também vislumbrando a atualização dos conteúdos, bibliografia etc. Todos primam por atividades extracurriculares como forma de integralização da carga horária.

Consta da nova matriz curricular de todos os cursos como componente curricular opcional para o aluno, a disciplina Libras, estando, portanto, em consonância com a descrição do PDI e PPI.

PROGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÕES

Foram abertos **cursos** de pós graduação em Direito e Gestão Socioambiental - Marketing e Recursos Humanos. Em 2011 foram realizados vários cursos na modalidade de extensão, minicursos, palestras na área do Direito e, em maio/2011, como tradição, realizou-se o V Simpósio Interdisciplinar da FACE ALFOR, com diversas palestras voltadas para os três cursos de graduação.

Em igual período foram efetivadas visitas orientadas para atendimento de demandas específicas de cada curso.

APOIO PEDAGÓGICO/POLÍTICA DE ATENDIMENTO

O apoio pedagógico ao docente e discente é realizado pelos coordenadores de cada curso, não havendo limitações ou vedações ao atendimento, pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico - **NAP** e Ouvidoria.

ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Segundo informações da IES o acompanhamento de egressos está em fase estrutural, que será efetivado por intermédio do sítio eletrônico da instituição.

ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A exceção da rampa de acesso à entrada principal, as instalações físicas não estão alinhadas as diretrizes de acessibilidade ao portador de deficiência física, nem visual.

Todavia, foi construído o banheiro com as especificações ao atendimento do portador de deficiência física.

CONTRIBUIÇÃO DOS CURSOS AO CORPO DOCENTE:

dos alunos que responderam à pesquisa, a maioria entende que o currículo do curso é integrado e há vinculação entre as disciplinas; a principal contribuição do curso é para aquisição de formação profissional; o curso contribui amplamente com atuação ética, com responsabilidade social para a construção de uma sociedade incluyente, bem como, para a organização, expressão e comunicação do pensamento. Também, contribui amplamente para o raciocínio lógico, análise crítica, compreensão de processos, tomada de decisão, resolução de problemas no âmbito de sua área de atuação, atuação profissional responsável em relação ao meio ambiente, utilização de procedimentos de metodologia científica e de conhecimentos tecnológicos para a prática da profissão.

7 - FRAGILIDADE E PONTOS QUE REQUEREM MELHORIA

A busca permanente pela sólida construção teórico-prática para a formação de profissionais em condições de atuarem no seu futuro fazer, com proficiência, visão ética e humanística, mister a identificação das causas dos problemas e deficiências, objetivando o saneamento para potencializar as competências da Instituição.

Com a implementação dos procedimentos de coleta e análise de informações restou evidenciadas algumas fragilidades na instituição que merecem ser sanadas.

Destaca-se que a biblioteca necessita de premente atualização em seu acervo com o fim de atender à crescente demanda do corpo discente.

A estruturação do espaço físico para acessibilidade ao portador de deficiência física e visual, bem como, a criação de um espaço de convivência.

Implementação de projetos sistematizados para atuação dos estudantes em equipes multi, pluri e interdisciplinares, bem como, para acompanhamento de egressos.

Estimular atividades de pesquisa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento regional, bem como, criar condições para a implantação de novos cursos de pós-graduação.

Essas são as considerações para que as metas, princípios e objetivos institucionais presentes no PPI e PDI sejam cumpridas de forma sistemática e, contribua sobremaneira para o crescimento da instituição.

Além Paraíba, 07 de fevereiro de 2012.